

O destino das Nações Unidas

Mario Schenberg

Apresentação de DECIO DE ALMEIDA PRADO

Sob esse título publicou Mario Schenberg no nº 12 da revista Clima, em abril de 1943, um longo e ambicioso ensaio político. A guerra, naquela altura, não só já indicara o lado vencedor como já traçara o perfil definitivo dos dois campos em luta. De um lado, a Alemanha, a Itália, o Japão. Do outro, a Inglaterra, a França, os Estados Unidos, a União Soviética, a China (tanto a nacionalista quanto a comunista, irmanadas provisoriamente pelo ataque nipônico).

Duas versões se ofereciam a respeito do futuro, uma vez verificada a vitória dos Aliados, que demoraria ainda dois anos. A primeira, mais realista ou mais pessimista, ressaltava a precariedade e artificialismo da aliança entre a Rússia e os Estados Unidos, destinada a desmanchar-se desde que cumprida a sua missão tática. A segunda, francamente otimista, alimentava a ilusão de que o fim das hostilidades abriria uma nova era nas relações internacionais, propiciando o surgimento de regimes que somassem as virtudes políticas da democracia às sedutoras promessas do igualitarismo econômico.

Esta última, com algumas modulações próprias, representava a posição de Mario Schenberg. Não que ignorasse ele a forte possibilidade contrária. Mas, como bom revolucionário que sempre foi, preferia apostar nas potencialidades incertas do futuro contra as patentes limitações do presente. O intuito do seu ensaio consistia em caracterizar a guerra também como uma disputa ideológica e não apenas como um conflito de interesses nacionais. Sobrepondo-se a este plano imediato, não propriamente negado, existiria, em nível histórico mais alto, a oposição entre concepções aristocratizantes – as do Eixo – e concepções democratizantes – as dos Aliados – da sociedade.

Para chegar a tal conclusão o ensaio empreende um vasto giro, passando, ainda que rapidamente, por terrenos da história e da filosofia, da política e da arte, da sociologia e da religião, do Oriente (China, Japão) e do Ocidente. Embora Schenberg fosse e se declarasse comunista, esta palavra, ao menos em suas acepções habituais, estava longe de esgotar a variedade e complexidade do seu pensamento. O lado moral, por exemplo, nunca é menosprezado por este suposto materialista, numa clara antecipação da trajetória espiritualista que descreveria posteriormente. Da mesma forma, a valorização do “homem comum”, ponto central do ensaio, nunca se desliga de um certo receio de que a idéia democrática possa degenerar em simples culto do conforto material e da mediocridade. No extremo oposto, referência filosófica permanente, Nietzsche funciona ao mesmo tempo como pólo de atração e de repulsão.

O conjunto, descartadas as partes mortas, as esperanças desmentidas pelos fatos, impressiona pela amplitude da visão, pela carga de informações da mais variada natureza, bem como pelo empenho em reduzir ao simples o complexo, em discernir sob a extraordinária diversidade do real as grandes linhas mestras da evolução histórica, as únicas que nos permitiriam opções políticas não-emocionais. Em suma, o ensaio revela uma curiosidade intelectual que desconhece fronteiras, completada por uma vivíssima imaginação interpretativa – qualidades que não sabemos se Schenberg trazia da ou se levava para a física.

“O destino das Nações Unidas” estrutura-se em dezesseis itens, relativamente autônomos, cada um com o seu título e numeração. Escolhemos, para reproduzir, três deles. O primeiro coloca a questão. O segundo procura definir a essência do fascismo. O terceiro volta, para finalizar, ao tema do “common man”, proposto pelo vice-presidente dos Estados Unidos, Henry Wallace, e retomado por este admirador da Rússia Soviética em termos não de achatamento mas de elevação social e moral do homem, quando liberto da atual servidão econômica. Tal como previu, ou sonhou, Karl Marx.

A DOCTRINA DO “COMMON MAN”

O panorama político das Nações Unidas possui uma variedade e riqueza de colorido que desnorream o observador. Os países desta coligação têm formas políticas muito diferentes e, em cada país, há grupos importantes adotando princípios sociais e econômicos os mais diversos. Alguns deles foram até considerados irreconciliáveis. Aparentemente os povos aliados só vieram a congregar-se estrangidos por imperativos externos, sem nada haver de intrínseco a irmaná-los. Entre os seus governantes subsistiam ressentimentos crônicos e desconfianças arraigadas, fazendo-os considerar a aliança de que participavam como arranjo transitório, imposto pela existência de um inimigo comum, e predestinado a se desfazer quando o perigo fascista desaparecesse.

Com o decorrer do tempo foi-se consolidando e estendendo a opinião de ser a guerra atual uma luta “à outrance” entre duas concepções opostas do mundo. Mas quais as ideologias em choque? Se é bastante fácil descobrir semelhanças e pontos de contato entre as doutrinas do Eixo, o mesmo não ocorre com as dos vários membros das Nações Unidas. Assim, o que possuíam de comum o conservadorismo liberal de um Churchill e o soviétismo de Stalin ou o comunismo de Ma Tseu Tseng? Que objetivos idênticos teriam o *New Deal* rooseveltiano e a política do Kuomintang chinês? As dificuldades apresentadas pelo problema do ideal das Nações Unidas são muito consideráveis e im-

pediram que fossem definidas as finalidades da luta empreendida contra o Eixo. É evidentemente necessário distinguir com clareza os elementos aceitos por todos os constituintes da coligação antifascista, para que se torne possível antever as linhas gerais de seu futuro.

Afirma-se freqüentemente que as Nações Unidas se batem pela democracia. Mas o conceito de democracia admite interpretações múltiplas. Nem sequer os dois grandes países anglo-saxões lhe atribuem o mesmo sentido. E bem maior é a incerteza quando se comparam estas interpretações com a que figura na Constituição Russa. Contudo, o fato de todos os inimigos do Eixo se intitularem democratas tem um significado profundo. Mostra que, apesar das divergências, algo de fundamentalmente comum deve existir sob a indefinição do termo democracia.

O vice-presidente Wallace foi talvez o primeiro a salientar que o respeito e uma simpatia extremada pelo “*common man*” são característicos de todos os partidários das Nações Unidas. A idéia de Wallace representa um progresso incontestável na tentativa de precisar o conteúdo do patrimônio comum dos inimigos do Eixo. Resta porém investigar todas as implicações do conceito de homem comum (expressão um tanto imprópria com que traduziremos “*common man*”), das quais bem poucas foram reconhecidas por setores extensos da opinião, ou mesmo enunciadas explicitamente. Um modo conveniente de abordar tal análise consiste em examinar os princípios e a estratégia política do fascismo, pois a doutrina das Nações Unidas é como que o negativo destes princípios, e eles já se encontram formulados com nitidez satisfatória.

O ESPÍRITO DA “ÉLITE” FASCISTA

Grupos isolados de adeptos de uma concepção singular do mundo foram surgindo no intervalo das duas guerras mundiais e aos poucos vieram se congregando, para formar o estrato superior do fascismo. Assim se constituiu uma ordem que apresenta numerosas analogias com as corporações monástico-militares da Idade Média e sobretudo com a seita islâmica dos Hashishin, tendo porém ambições e meios de ação incomparavelmente mais vastos.

O credo das *élites* fascistas é uma versão nova de princípios antiqüíssimos, que os adapta às condições de decadência européia. As idéias de Shang, Kautylia e dos Velhos da Montanha já tiveram antes seus evangelistas ocidentais em Machiavel e Nietzsche. Hoje, sob roupagem um tanto diferente, inspiram a ordem do Fuehrer.

Machiavel codificou as regras de ação dos grandes “*condottieri*” italianos e Nietzsche mostrou ser possível deduzi-las de um sistema filosófico adequado. A concepção básica da ética nietzscheana é a da existência de duas morais: uma de senhores, outra de servos. As qualidades viris de egoísmo, crueldade e agressividade seriam próprias dos seres de vida exuberante, e características de senhores. Resignação, tolerância, caridade e amor ao próximo constituiriam virtudes dos servos, seres de vitalidade mirrada, rebanho do padre ascético.

Para Nietzsche, o Cristianismo representava a obra-prima dos padres, em sua negação da vida, e a quintessência das religiões dos servos e enfermos. Com a democracia, os princípios cristãos teriam triunfado completamente, emasculando os homens grandes e poderosos e fazendo declinar a vitalidade da espécie. Urgia efetuar a inversão dos valores, libertar a vontade de poderio dos entraves impostos pela ação milenar do Cristianismo. Só assim se tornaria possível superar o humano-demasiado humano, e abrir caminho para o super-homem. Cesar Borgia, os Velhos da Montanha e Napoleão mostravam as alturas a que poderia subir a vontade de poderio liberta das amarras do padre ascético.

Uma forma vulgarizada da doutrina nietzscheana, em que o seu amor à elegância e à finura é omitido, e a sua concepção do super-homem desespiritualizada, veio constituir o catecismo da aristocracia fascista. A tonalidade dominante de seu clima ideológico é o desprezo ao homem comum, mera unidade do rebanho de servos. Como já ocorreu na ordem do Velho da Montanha, os fascistas da massa não passam de instrumentos cegos da *élite* dirigente, em sua luta pelo predomínio mundial. Seus serviços são recompensados pela euforia em que vivem, inebriados pelo haxixe do cerimonial e dos credos demagógicos.

Agora já podemos precisar o divisor ideológico da Segunda Guerra Mundial. Duas avaliações diferentes do “*common man*” disputam a supremacia. Para as Nações Unidas é fundamental a concepção bíblica do homem feito à imagem de Deus: o gênero

humano só comporta uma espécie e a dignidade do homem comum é um reflexo do que de mais alto existe no mundo. A aristocracia fascista vê a raça humana dividida em duas famílias. Numa estão os super-homens, noutra a plebe dos homens comuns. Os valores mais elevados cedem lugar à exaltação do poderio.

Identificada a natureza dos princípios da aristocracia fascista, muitos paradoxos se esclarecem. Assim, a atitude de um Hamsun torna-se facilmente compreensível. Homens imbuídos de desprezo pela humanidade comum não podem estar organicamente ligados ao povo de seu país. Os demais “super-homens” são mais primariamente seus irmãos, do que os “*common men*” de sua terra. E sendo o Fuehrer grão-mestre da ordem a que se sentem naturalmente filiados, é justo que lhe prestem obediência. Seguindo seus impulsos mais profundos e agindo com toda integridade, Hamsun e os demais aristocratas fascistas não podem deixar de acompanhar Hitler e de auxiliá-lo em seus empreendimentos.

A fusão do nacionalismo com o internacionalismo, tão aparente nos grupos fascistas, é portanto ilusória. As massas são nacionalistas mas os aristocratas dirigentes reconhecem o universalismo da ordem dos super-homens.

A COMUNIDADE POPULAR

O aparecimento do animal gregário, a “*bête de troupeau*”, de que fala Nietzsche, é o característico mais acentuado de nossa época. Constitui também a pior ameaça para a subsistência da cultura e mais ainda das instituições democráticas. Quando os homens comuns não encontram um ideal que os eleve e dignifique, sua visão se restringe e se abandonam ao comodismo. Naturalmente, em tais condições, a obtenção do maior bem-estar material, com um mínimo de esforço e de luta, torna-se o único objetivo da vida. Impõe-se reconhecer que nada excede em facilidade ao gregarismo da “*bête de troupeau*”.

É indispensável distinguir claramente os conceitos de liberalismo e democracia e o de comunidade popular. Um país em que existe uma forma de governo liberal, parlamentar ou presidencialista, só será uma comunidade popular quando seus “*common men*” tiverem uma consciência viva de seu valor pessoal e participarem organicamente da existência política do Estado. Uma comunidade popular pode estar temporariamente sob um governo ditatorial. A história grega já mostrou que os “tiranos” são às vezes um instrumento de afirmação democrática contra grupos oligárquicos.

Uma ligeira vista de olhos sobre a história ilustra convenientemente as relações entre o governo democrático e a comunidade popular. A maior tradição democrática do Ocidente está ligada ao calvinismo e doutrinas a ele filiadas. Na Inglaterra o puritanismo calvinista criou o ideal da Commonwealth, que não foi simplesmente republicano, mas já apresentou as características de uma comunidade popular. Tawney delinea magistralmente os traços essenciais da mentalidade puritana: “*Feeling in him that which maketh him more fearful of displeasing God than all the world he is a natural republican, for there is none on earth that he can own as master... The spirit bloweth where it liketh and men of every social grade felt their hearts lifted by its breath, from aristocrats and country gentlemen to weavers who, ‘as they stand in their loom, can set a book before them or edifie one another’*”. A convicção de ser “*one of the chosen people of God*” animava os membros da Commonwealth. John dos Passos, ao biografar Roger Williams, descreve o efeito da conversão calvinista: “*Conversion gave him the conviction of the sublime importance of any one man’s thoughts and feelings at every separate moment of his life...*”

Com o Bill of Rights ficou assegurado o domínio da coligação de nobres e ricos burgueses e a idéia da Commonwealth foi completamente esquecida. Em princípios do sé-

**Afirma-se freqüentemente
que as Nações Unidas se
batem pela democracia.
Mas o conceito de
democracia admite
interpretações múltiplas.
Nem sequer EUA e
Inglaterra lhe atribuem
o mesmo sentido.**

culo passado, George Hallam, referindo-se às doutrinas que inspiraram Cromwell, classificou-as de “*dregs of a besotted fanaticism*”. Contudo, o espírito da Commonwealth não desapareceu inteiramente. Transplantado para a Nova Inglaterra por Roger Williams, tornou-se um dos elementos integrantes da república norte-americana. Sente-se o seu efeito na *Declaration of Independence* e em toda a tradição jeffersoniana e jacksoniana.

Depois da Guerra de Secessão, iniciou-se a época do plutocratismo americano. O povo delegou todo o poder público aos “*business men*”, contentando-se com uma garantia de liberdade e segurança material. Foi o triunfo do gregarismo numa democracia liberalíssima, que perdera, no entanto, seu espírito de comunidade popular. Só em 1929, quando os homens de negócio não se mostraram mais capazes de continuar o regime de *prosperity*, a velha tradição da Commonwealth começou a ressurgir. Alguns dos mais legítimos representantes do *New Deal* conservam o grande ideal anglo-saxão, mas seria difícil dizer que o mesmo acontece com todos os “*new-dealers*”. A população estadunidense continua a demonstrar poderosas inclinações gregárias, tendo apenas substituído os “*business men*” pelos líderes sindicais, muitas vezes inescrupulosos, e deles esperando a manutenção dos confortos materiais. Se as tendências mais elevadas do *New Deal* conseguirem se arraigar no povo norte-americano, os Estados Unidos poderão criar um novo gênero de comunidade popular, numa síntese original das concepções russas, dos princípios da Commonwealth miltoniana e dos fundamentos da democracia ocidental.

O desenvolvimento duma nova dignidade do “*common man*” é favorecido por vários fatores. Com a elevação contínua do nível médio de instrução as massas vão entrando em contato com as grandes obras do gênio humano e começam a ter o sentimento de serem elas um patrimônio de todos e não apenas de uma *élite* de iniciados. Milhões de homens começarão a pensar sobre os temas universais, abandonando o casulo das pequenas preocupações e alargando indefinidamente os horizontes do seu entendimento.

Ao efeito gradual da divulgação da cultura vem se sobrepor uma circunstância derivada da natureza da luta contra o nazismo: a guerrilha. O soldado submetido à disciplina militar tem sua responsabilidade reduzida ao mínimo. Toda diminuição do senso da responsabilidade implica num aumento das propensões gregárias e num enfraquecimento da consciência de valor pessoal. Sempre que uma coletividade exagerou nos requisitos de subordinação a um código militar, os seus membros desenvolveram muito das qualidades do “*team work*”, mas acabaram no mecanismo prussiano, tornando-se incapazes de viver sob instituições democráticas, e de constituir uma comunidade popular. O guerrilheiro age continuamente por iniciativa pessoal e deve acertar em suas decisões, sob pena de ver fracassados seus empreendimentos e comprometida sua subsistência. Este gênero de luta é, portanto, a melhor escola de dignidade individual e todos os que dela participaram possuem no grau mais alto o sentimento de seu valor próprio. As conseqüências da luta de guerrilhas diferirão completamente, segundo a extensão que ela tiver. Quando só uns poucos a praticam, adquirem a mentalidade específica das classes aristocráticas, como se vê no exemplo dos “*arditi*”, que vieram a integrar os quadros dirigentes do fascismo italiano. Mas se toda uma população viveu um período de guerrilhas, sua consciência da importância do “*common man*” alcança o máximo vigor, e surge o ideal da comunidade popular. Em nossos dias temos exemplos deste fato na Rússia e na China.

A mentalidade aristocrática aparece como o oposto do gregarismo. Historicamente, as aristocracias se identificaram, na maioria dos casos, com grupos oligárquicos dominando populações servis. Daí resultou a opinião de que a vontade de poderio cria o caráter antigregário dos aristocratas. Na realidade, ele provém unicamente da consciência do valor próprio, típica de todas as *élites*. O sentido profundo da comunidade popular reside na convicção de uma *sublime importance* que os seus membros possuem. Exaltando o sentimento do valor pessoal de todos os cidadãos, o ideal da comunidade popular lhes inspira a qualidade antigregária do espírito aristocrático. Há portanto um princípio ideológico em ação no mundo contemporâneo, que poderá permitir ao “*common man*” escapar aos perigos do gregarismo fatal às formas elevadas de cultura.